

## AGRONEGÓCIO DA PRAÇA DOS CAVALINHOS

Em 1973, na Convenção nº 138 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), no artigo 2º, item 3, fixou em 16 anos a idade mínima recomendada para o trabalho em geral, e, em países considerados muito pobres, a Convenção admite que seja fixada inicialmente uma idade mínima de 14 anos.

Os trabalhos que possam colocar em risco a saúde, a segurança ou a moralidade do menor, a Convenção, recomenda idade mínima de 18 anos, e, sugere também, para o trabalho que não coloque em risco o jovem por qualquer destes motivos, desde que, receba treinamento e instrução adequada, a idade mínima seja de 16 anos.

A Convenção admite ainda, por exceção, o trabalho na faixa etária entre 13 e 15 anos, desde que, não prejudique a saúde, o desenvolvimento do jovem, a ida deste à escola ou a sua participação numa orientação vocacional ou programas de treinamento, devendo o responsável especificar as atividades permitidas, e, o tempo máximo de trabalho diário.

A legislação brasileira proíbe qualquer tipo de trabalho para menores de 14 anos. O trabalho a partir dos 14 anos é permitido apenas na condição de aprendiz, em atividade relacionada à qualificação profissional, e, acima dos 16 anos o trabalho é autorizado desde que não seja no período da noite, em condição de perigo ou insalubridade e desde que não atrapalhe a jornada escolar. Entretanto, se o jovem com mais de

16 anos não tiver carteira assinada ou estiver em situação precária, ele entra nos números de trabalho infantil e ilegal.

Como conhecedor das regiões do Norte e Nordeste, com vivência na agricultura do País, ressalto aqui a preocupação deste setor com essa problemática. Com uma fiscalização permanente, o Ministério do Trabalho, não perdoa; atua, fiscaliza, multa e até interdita. Os produtores receosos com os abusos constantes e excessivos, as multas exorbitantes, o medo da desapropriação de suas áreas, e, a sua exposição na mídia nacional e internacional, impede que crianças tenham acesso às áreas de cultivo.

Hoje como morador do RIO DE JANEIRO, primeira capital da República do Brasil, cidade maravilhosa, vejo aqui uma situação um pouco diferente. Na Tijuca, na praça dos cavalinhos, parece não haver a presença de órgãos de fiscalização e repressão, muito menos a de GOVERNO, mas, convenhamos, aqui é RIO DE JANEIRO.

Na Praça dos cavalinhos, Tijuca, para se dar um volta na Praça, de cavalo ou charrete, custa o valor de R\$ 5,00, caso você tenha interesse e queira dar três voltas o valor sai por R\$ 10,00. Cada volta leva um minuto, então, se um cavalo trabalhar uma hora, se ganha por hora o equivalente a R\$ 300,00, e, se trabalhar o dia, o faturamento será de R\$2.400,00,

imaginem o mês... Que grande negócio, ou melhor... AGRONEGÓCIO.

Este agronegócio, da praça dos cavalinhos, é conduzido por empresários de visão, não sei se é exigido GTA (guia de transporte de animais) ou atestado de saúde sanitária para sua circulação, como é uma exigência nos estados do Norte e Nordeste, mas, tenham certeza, quem conduz estes cavalos são crianças, que, pela letra da LEI deveriam estar em casa, colégio ou no lazer.

Isto nada mais é do que a oficialização do trabalho infantil, na segunda maior cidade do Brasil, sob o arripio da LEI e com anuência do poder público.

Gustavo Moura,  
Aluno de Administração Da  
Qualidade



# EDUCAÇÃO INFANTIL

## INTRODUÇÃO

O movimento histórico mostra, a partir de estudos, que o conceito que hoje temos de criança foi construído socialmente a partir do século XVII. A figura da criança passa a estruturar-se por características próprias ligadas, principalmente, ao desenvolvimento social e biológico. Questões passam a ser levantadas quanto aos seus direitos, seus deveres e seu lugar na sociedade.

Percebe-se que essa construção conceitual se deu – e se dá até hoje – de forma alinear. No início dos estudos as crianças são reconhecidas e retratadas como mini adultos, com um tempo ela passa a ocupar um status próprio da sua fase de desenvolvimento. Hoje, um dos debates que diz respeito à criança refere-se à retomada dessa imagem refletida do adulto sobre a criança, colocando em questão o possível retrocesso, retomando assim a adultização.

## PALAVRAS-CHAVES

Infância, criança, adultecimento, invisibilidade, imagens sociais das crianças

## DESENVOLVIMENTO

O conceito de infância que hoje conhecemos, nem sempre existiu. O que parece tão natural, na realidade,

é fruto de uma construção social que se fortaleceu a partir do século XVII. Segundo Sarmento (2007, p.28), a criança é reconhecida como ser integrante de “um grupo humano que não se caracteriza pela imperfeição, incompletude ou miniaturização do adulto, mas por uma fase própria do desenvolvimento humano”. Vale ressaltar que essa infância não é singular e ou homogenia, ela é constituída de acordo com a sociedade local, com a cultura, com o aspecto financeiro e com o aspecto temporal.

Ainda segundo Sarmento, a diferenciação da infância da idade adulta se dá, não pela ausência, mas pela presença de características que, independente do contexto no qual cada criança está inserida (etnia, religiosidade, classe social etc.), são comuns a todos os sujeitos infantis. Assim sendo, a criança não é o não-adulto, caracterizado pela ausência, por exemplo, de características como a fala, a razão e o trabalho. Múltiplas linguagens – sejam estas gestuais, corporais, plásticas ou verbais – apresentam-se desde os primeiros meses de vida. Do mesmo modo, racionalidades se expressam na infância através de interações, relacionamentos e brincadeiras. Por sua vez, a infância não se caracteriza pelo não trabalho, haja vista as

tarefas e responsabilidades associadas às crianças no ambiente escolar, no lar e, em muitos casos, até mesmo no trabalho informal nas pequenas e grandes regiões (nas ruas, na agricultura, dentre outros espaços de atividade produtiva).

Historicamente, antes do século XVI e XVII, a criança não era percebida pela sociedade. Sem uma definição da etapa de infância, as crianças eram vistas como um ser que não fala, e que não constrói. As crianças viviam e se vestiam como pequenos adultos em miniatura. Nesse contexto, a infância estava ligada à negatividade, passando a ser negada da sua existência e de seu direito como criança.

Philippe Áries (Ano, apud) afirma que o interesse histórico pela infância é relativamente recente e tal conceito aparece muito tardiamente. Antes do século XVI e XVII, a criança não era percebida pela sociedade. Não havia uma definição da etapa de infância, as crianças eram vistas como um ser sem fala, incapaz de construir algo, viviam e se vestiam como pequenos adultos. Nesse contexto, a infância estava ligada à negatividade, ausentando os direitos desse ser de pouca idade.

Áries (1981) em sua obra *L'enfant et la vie familiale sous l'Ancien Régime* afirma que faltava um sentimento de infância na Sociedade Medieval. A ausência de tal sentimento poderia ser justificada em função da alta taxa de mortalidade que gerava uma dificuldade de formação de vínculos afetivos entre a criança e a família, pois esta não permanecia viva por muito tempo. Segundo o autor:

A passagem da criança pela família e pela sociedade era muito breve e muito insignificante para que tivesse tempo ou razão de forçar a memória e tocar a sensibilidade. (...) Se ela morresse então, como muitas vezes acontecia, alguns podiam ficar desolados, mas a regra geral era não fazer muito caso, pois uma outra criança logo a substituiria. A criança não chegava a sair de uma espécie de anonimato. (apud STRÖHER & KREMER, p.3)



## EXPEDIENTE

Equipe Folha Azul

Colaboração: Alunos e professores da AVM FACULDADE INTEGRADA  
Informativo semanal/circulação interna - Tiragem: 6.000 exemplares

Participe enviando textos, piadas ou opiniões para:  
**folhaazul@avm.edu.br**

Os textos publicados aqui são de extrema responsabilidade dos autores.  
O Folha Azul não efetua nenhum tipo de revisão e não se responsabiliza pelo conteúdo dos textos.

O mesmo autor também nos apresenta o conceito de marginalidade. Para o autor há uma marginalidade conceitual em relação à ideia ou imagem de infância no passado, que está diretamente ligada à marginalidade social vivenciada atualmente por nossas crianças, relatadas em diversos noticiários, tanto pela imprensa escrita quanto pela falada.

Com a Revolução Industrial, a infância ganha novo sentido, agora a criança passa ser ativa e seu trabalho gera rendimentos financeiros. Tendo mão de obra barata para as fábricas e oficinas trabalhando de sol a sol. Este quadro só vai mudar com a Primeira Guerra Mundial, onde os pequenos são retirados das fábricas, mas permanecem na lida do campo. A partir deste novo contexto a criança é considerada um indivíduo com direitos e é afastada da produção. Neste momento a infância passa a ser a idade do não trabalho.

Algumas discussões possibilitaram a criação não de proibições, mas de regulamentações do serviço infantil a partir de denúncias de abuso. Isto não se construiu facilmente, foi fruto de um processo que trouxe, entre o fim do século XIX e início do século XX, propostas e formulações, como por exemplo, a substituição do trabalho pela escola.

A mudança de ocupação inicia-se em países protestantes do norte da Europa desde o século XVII. Porém, é no século XVIII que os reformadores iniciaram uma reflexão a cerca de um sistema de educação. Vale lembrar que através de alguns estudos percebe-se que tal educação se remetia mais ao âmbito do aprendizado de ofícios.

Hoje pode se dizer que as crianças estão longe de serem “infans” (aquele que não fala, não tem opinião própria). Elas são extremamente ativas, falantes, portadoras de vontades e opiniões. Têm acesso as mais variadas informações e reagem de forma ativa e autônoma diante de tudo que lhe e apresentado.

No entanto, mesmo sendo portadores de vontades e opiniões, as crianças estão afastadas das atividades cívicas não possuindo participação na vida política de muitas sociedades do mundo contemporâneo. Elas vivem excluídas de debates, conselhos e eleições de dirigentes políticos, não tendo meios para exercer seus direitos de cidadã. Tal fato, como relata Sarmiento (2007, p36), é uma característica das sociedades modernas ocidentais.

Segundo Neil Postman, as crianças atuais vivem um processo de adultização precoce e em conseqüência, habitam a idade da não infância. Elas vivem em um mundo voltado para adultos, no qual são consideradas como um adulto. Sendo que, cada vez mais são criados brinquedos, jogos e outros objetos para adultos, mas direcionado para os pequenos, isso devido a muitos pais terem tido sua infância roubada, sendo assim tentam viver com os filhos a infância que não tiveram e muitas vezes cobrando delas a responsabilidade que não as são compatíveis.

A infância assumiu um caráter distinto no meio social, devido à diversificação criativa e inovadora. Tais mudanças se iniciam no século XVIII a partir de algumas áreas do conhecimento, principalmente da psicologia, onde Jean Piaget analisa o desenvolvimento humano biológico, destacando o aspecto natural e o processo de maturação através de estágios.

Atualmente, algumas escolas possuem uma certa resistência em relação às teorias sociológicas, visto que essas instituições ainda referenciam suas práticas no ensino tradicional. Tais teorias não são apenas reflexões sobre a Infância, e sim,

importantes conhecimentos científicos para a aprendizagem da criança no século XXI.

### Conclusão

A criança desde os tempos remotos ate os mais recentes e vista como uma pessoa que “não fala” logo ela não tem identidade e representatividade portanto não existe. Se não existe não há como entendê-la e portanto compreendê-la. Esta sociedade (professores, pais, etc) vive na escuridão e o pior que não percebe que esta segregada, e sendo assim, acredita que esta fazendo “o certo” pois acha que a solução e aquela que ela “vê” ( mito da caverna de Platão). Por isto não devemos ignorar a sombra, mas devemos caminhar nela e tentarmos achar a PALAVRA (conhecimento). Admitir que está na escuridão é procurar a luz. Acreditar que está na luz, pensando que ela não faz sombra, é ignorância.

Texto produzido coletivamente pela turma de DESENVOLVIMENTO BIOPSIICOSOCIAL DA CRIANÇA DE 0 A 6 ANOS, do Curso Educação Infantil e Desenvolvimento.



# APÓS O LUTO, A VIDA!

Nos últimos dias fomos bombardeados de informações duras e que nos incomodaram, e talvez tenha tirado alguns da zona de conforto. Cidadãos muitas vezes, distraídos, apressados e frios choraram a tragédia de Realengo. O fato nos fez visualizar o quanto somos frágeis. E o quanto devemos buscar a nossa força.

O ser humano é frágil, o Estado é frágil e sociedade é frágil. Isto não é apenas uma afirmação adjetivadora é uma constatação científica, espiritual e social.

O que pode então nos tornar mais fortes? A educação sensibilizadora talvez. Uma educação que faça o indivíduo mover os seus afetos, e agir em prol de todos, não somente dos seus desejos e ego. Isso parece quase “inconcreto” diante dos maus salários dos profissionais da educação, da barbárie, da banalização da violência, da esquizofrenia da relação escola-comunidade.

Como ser forte se os agentes que podem modificar a construção da personalidade não se relacionam de maneira harmônica? A família, o governo e os educadores não falam a

mesma língua. Querem falar, desejam falar, mas se aproximam com suas armas e armaduras e então o diálogo não acontece plenamente. O diálogo desses atores sociais é a força bruta, não a força construtiva. O que isso significa? Isso gera milhões de novos indivíduos no mundo que são formados para a selva. O homem primitivo, estamos educando homens primitivos...

Homens que necessitam aprender a lidar consigo mesmo e com o outro. E aprendem. Aprendem como animais irracionais: agem, reagem e vivem à caça do tesouro. O problema é que este “tesouro” não é o amor, nem a compaixão, nem a prosperidade, nem a cidadania. Esse tesouro que querem é a sobrevivência e a visibilidade. E sobreviver em uma selva não é fácil... Na selva ganha o mais forte. A voz dos excluídos têm sido a violência. E continuamos culpando um ou outro ator social pelas tragédias que acontecem. O governo tem culpa. Não! Que governo o quê? É a escola. São os professores. Ou talvez sejam esses pais irresponsáveis. E assim vamos culpabilizando alguns e nos

isentando de debater e refletir a importância de atitudes e ações micro e macro que vão modificar as relações na sociedade.

Façamos destes fatos, que reviram nossas emoções e chocam a nossa sensibilidade, uma nova referência para mudar o nosso olhar, o nosso comportamento. Vejamos que um só ser, ou instituição não dá conta de formar o caráter de um indivíduo. Tenhamos a humildade de sabermos que sozinhos somos pouco. E a grandeza de sabermos que unidos somos melhores. Mas também, percebamos que mesmo sozinhos podemos, em alguns momentos, mudar a vida de alguém. No entanto, se entrelaçarmos as nossas mãos, a construção edifica-se mais rápido. É urgente que essa construção seja já, mas que seja feita com cuidado. Cuidar é um ato que tem se perdido. Não nos cuidamos mais. Nos embelezamos, nos falseamos, nos padronizamos. E assim vamos esquecendo que a nossa dor ou a dor do outro é algo que precisa ser vista, precisa ser curada, cuidada... A nossa sociedade está doente. E cuidar deve ser a palavra a moda para que tenhamos vida após o luto.

Érica Aragão Monteiro,  
Aluna de psicopedagogia

## ESTÁGIO PARA PÓS-GRADUAÇÃO É LEGAL?

O estágio é um momento chave na formação profissional, aonde o aluno se integra ao ambiente adquirindo vivência e tem seu olhar mais aguçado. O ponto a discutir é: Porque não vemos estágios para Pós-Graduação?

A idéia de estágio para pós-graduação é recente na nossa sociedade. As pessoas só associam o estágio aos cursos técnicos e de graduação e a pós-graduação geralmente fica de fora. Acho

interessante levantar essa pauta pois, como eu, muitos alunos de pós-graduação cursam um segmento distinto de sua formação original. Cada vez mais vemos cursos “lato sensu” surgirem, expandido o leque de oportunidades e opções de qualificação profissional.

De acordo com a lei de Estágio n 11.788/08, podem estagiar estudantes devidamente matriculados em instituições de educação superior (o que abrange

os alunos de Pós-Graduação).

Sabendo que legalmente é correto esse tipo de estágio, porque é tão difícil encontrarmos essas oportunidades? E porque quando questionamos algumas empresas sobre, muitas desconhecem essa opção?

Penso que esse assunto deveria ser mais debatido entre as instituições, seus conveniados de estágio e principalmente seus alunos.

Monik Abreu e Silva,  
Aluna de Gestão em  
Recursos Humanos,  
Centro